

História das mulheres, gênero e ensino de História: reflexões sobre a experiência do estágio supervisionado em caráter remoto emergencial

Lidia Mallet Gonçalves

03

Resumo: O presente artigo pretende contribuir com os debates sobre o ensino de História das mulheres e relações de gênero, tendo como base os desafios e as possibilidades observadas durante a experiência de estágio supervisionado de História em caráter remoto emergencial realizado com as turmas de segundo ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Florianópolis.

Palavras-chave: História das Mulheres; Ensino de História; Estágio Supervisionado de História; Ensino Remoto.

1. Introdução

O presente artigo busca refletir sobre a experiência do estágio docente desenvolvido nas disciplinas de Estágio Supervisionado de História I e II do curso de graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estágio foi realizado no Colégio de Aplicação da UFSC (CA/UFSC) entre os meses de agosto de 2020 a maio de 2021 em caráter remoto emergencial devido à pandemia do COVID-19.

É importante aqui salientar as diferenças entre o ensino remoto em caráter emergencial, que é a situação atual vivenciada pela UFSC e pelo CA/UFSC e o Ensino a Distância (EaD). O EaD, normalmente é um processo educacional planejado, portanto, não acidental ou emergencial, no qual o ensino e o aprendizado acontecem em lugares e momentos distintos para docentes e discentes, utilizando uma metodologia específica². Já o Ensino Remoto é uma solução temporária para a continuidade das atividades pedagógicas e simula o ensino presencial aplicado em plataformas digitais.

A sequência didática elaborada para a realização das atividades docentes durante o estágio supervisionado considerou minhas experiências formativas como professora e pesquisadora, adotando uma postura prático-reflexiva. Busquei nas atividades propostas a compreensão das³ estudantes que as desigualdades de gênero são resultado de processos históricos. As atividades também buscaram historicizar o conceito de cidadania, conhecer a trajetória do voto feminino no Brasil e sua importância no processo de luta pela igualdade de direitos. Além de identificar rupturas e permanências em relação à luta das mulheres no Brasil no intuito de reconhecer possíveis relações entre o passado e o presente.

1. O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil.

2. Qual a diferença entre EaD e Ensino Remoto? Disponível em: <http://www.fic.ufg.br/p/34551-qual-a-diferenca-entre-ead-e-ensino-remoto>. Acesso em 17 de nov. 2020.

3. Para evitar o uso demasiado de a/o, as/os, escolhi neste texto escrever no feminino sempre que possível. Espero que todos se sintam contemplados nesses coletivos.

Dito isso, este artigo procura apresentar e discutir as aproximações existentes entre o ensino de História e as relações de gênero, bem como demonstrar e debater algumas reflexões e experiências em sala de aula virtual realizadas no período do estágio supervisionado em História em caráter remoto emergencial.

Estágio supervisionado em História e ensino remoto emergencial

Como medida de enfrentamento aos avanços do novo coronavírus – COVID-19, em março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas em todo território nacional. Por meio da portaria nº 343/MEC, o Ministério da Educação (MEC) orientou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. O ensino remoto emergencial tem caráter excepcional e transitório para substituição de aulas presenciais por atividades pedagógicas não presenciais. No ensino remoto emergencial, as aulas ocorrem de forma síncrona por webconferência e as outras atividades pedagógicas seguem em um ambiente virtual de aprendizagem de forma assíncrona⁴.

A situação emergencial impôs que o estágio supervisionado fosse remodelado de modo que essa atividade ocorresse de forma remota. Segundo Ester Maria Souza e Lúcia Ferreira (2020, p. 5), “talvez, estejamos por inserir no dicionário da educação o verbete estágio supervisionado remoto emergencial”. Os estágios supervisionados dos cursos de licenciatura são componentes obrigatórios da organização curricular e fazem parte do processo da formação de qualidade, sendo caracterizados como uma atividade que articula teoria e prática (BRASIL, 2015). Segundo o Projeto Político Pedagógico⁵ do curso de graduação em História da UFSC, o Estágio Supervisionado em História:

[...] consiste em desenvolver saberes/práticas em relação ao contexto de realidade da escola e fazer com que estes saberes/prática, devidamente colocados em contexto, se internalizem nos sujeitos/alunos, de modo que possam se transformar, de fato, em saberes da experiência. (UFSC, 2006, p. 43)

A experiência do estágio supervisionado de História em caráter remoto emergencial foi realizada entre junho de 2020 e maio de 2021 no Colégio de Aplicação da UFSC (CA/UFSC). Neste contexto, após o período de suspensão das aulas em março de 2020, o CA/UFSC retomou suas atividades em uma modalidade não presencial⁶ a partir do dia 06 de julho de 2020 com objetivo de finalizar o ano letivo de 2020. A UFSC optou pela retomada não presencial das atividades pedagógicas do primeiro semestre de 2020 da graduação a partir do dia 31 de agosto⁷. Sendo assim, o

4. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em 17 mai. 2021.

5. Plano Político Pedagógico do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://graduacaohistoria.paginas.ufsc.br/files/2012/03/ppp.pdf> Acesso em: 10 mai. 2021.

6. Resolução N.º 001/CED/2020, 02 de julho 2020. Disponível em: https://capl.paginas.ufsc.br/files/2020/07/UTF-8Resolu%C3%A7%C3%A3o_01CED2020.pdf. Acesso em 23 de out. 2020.

7. Resolução normativa N.º 140/2020/CUn, de 21 de julho 2020. Disponível em: https://coronavirus.paginas.ufsc.br/files/2020/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Normativa_n%C2%BA_140.2020.CUn_retificada.pdf. Acesso em 23 de out. 2020.

calendário da graduação UFSC e do CA/UFSC ficaram diferentes e as atividades tiveram que ser adaptadas. Durante os dois semestres de estágio foram acompanhadas duas turmas distintas de Segundo Ano do Ensino Médio.

Início semestre 2020/1 - Estágio I	04/03/2020
Interrupção das aulas devido a pandemia COVID-19	16/03/2020
Volta as aulas remotas no CA/UFSC para finalizar o ano letivo de 2020	06/07/2020
Volta as aulas UFSC referentes ao semestre 2020/1	31/08/2020
Fim do semestre 2020/1 UFSC	19/12/2020
Início semestre 2020/2 UFSC - Estágio II	01/02/2021
Início ano letivo 2021 CA/UFSC	08/02/2021
Encerramento das atividades do estágio	05/05/2021

Tabela 1: Cronograma de atividades do estágio supervisionado em História em caráter remoto emergencial (Fonte: Autora)

No CA/UFSC, em virtude das adaptações necessárias ao ensino remoto, todas as turmas do segundo ano do Ensino Médio foram condensadas em um mesmo horário de aulas semanais e somavam aproximadamente 100 alunas matriculados que mantiveram uma média de presença entre 80 a 88 alunas nas atividades síncronas. A maioria destas alunas acompanharam as atividades de computadores ou notebooks, mas a cada semana aumentou o número de estudantes que acompanham as aulas por um aparelho móvel⁸. Os alunos nunca apareceram em vídeo e interagiam pouco pelo microfone, a maioria das interações se deu pelo chat da sala de aula virtual, salvo em raras exceções.

O grande desafio enfrentado no estágio supervisionado em caráter remoto emergencial foi utilizar a tecnologia a favor do aprendizado. Foi necessário pôr em prática uma maior sensibilidade de buscar compreender as diferentes realidades das alunas e planejar estratégias que superassem o tempo de aula síncrona. Foi fundamental levar em consideração os múltiplos tipos de aprendizado. Saliento aqui a importância do uso do material de apoio na experiência do estágio remoto que, além de incluir as alunas que não puderam participar da atividade síncrona, possibilitou que os conhecimentos na temática proposta pudessem ser aprofundados, caso houvesse maior interesse.

8. Na primeira observação de aula do dia 23/09 apenas 11 alunos estavam acompanhando a aula em aparelho móvel, já na aula do dia 14/10 esse número cresceu para 21 alunos.

2. História das mulheres, gênero e ensino de História

A História das mulheres foi por muitos anos ignorada pela historiografia e, conseqüentemente, pelo ensino de História. No âmbito escolar, especificamente, as demandas em prol da inclusão de segmentos historicamente excluídos surgem desde o final dos anos 1960. Porém somente na década de 1990 que elementos do currículo escolar incorporaram demandas ligadas aos movimentos sociais. As discussões sobre gênero e sexualidades, de forma geral, ganharam destaque no Brasil e passaram a configurar documentos escolares como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A partir das novas exigências curriculares de formação para uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, raça/etnia e orientação sexual, faz-se necessário repensar o saber histórico a ser ensinado. É através das relações sociais que nos diferenciamos, e no espaço escolar essas identidades e diferenças também dialogam em meio a relações de poder. Distintas religiosidades, sexualidades, etnias, são valoradas a ponto de estabelecerem desigualdades na escola (LOURO, 2004). O papel da educação é a abordagem desse encontro do “diferente” com o “outro”, na perspectiva de promoção da cidadania⁹.

Neste contexto, a disciplina de História, é um espaço de fomentação do pensamento crítico, por isso parece ser um ambiente propício, no âmbito escolar, para se debater questões de gênero¹⁰. Trabalhar a temática da História das Mulheres não se trata de tornar a história mais feminina, e sim, torná-la mais abrangente, mais humanizada e mais inclusiva rompendo com a narrativa hegemônica buscando motivar as alunas a reflexões individuais e coletivas para a superação e eliminação dos preconceitos.

Parto do mesmo lugar que Jörn Rüsen (2007) ao entender que o saber histórico é fruto de demandas concretas da vida prática e não é algo totalmente alheio ao cotidiano. Conseqüentemente, é de suma importância a articulação do conhecimento histórico com a realidade vivida, o que o autor chama de formação histórica:

[...] a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido. Sua qualidade específica consiste em (re)elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida. (RÜSEN, 2007, p. 104).

Nesse sentido, Maria Auxiliadora Schmidt (2009) também defende que o conhecimento his-

9. Módulo 1: Diversidade - Diferentes, mas desiguais! Viva a diferença. In: GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. RJ: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

10. Para além de uma ideia de diferenças explicadas basicamente pela anatomia de homens e mulheres, gênero fala sobre as relações de poder que produzem masculinidades e feminilidades. De modo amplo, gênero é uma construção social, cultural, educacional, histórica e política, que se dá no âmbito das relações de poder (SCOTT, 1995).

tórico deve ser ensinado a partir de seu sentido e seu significado para os sujeitos deste processo de aprendizagem. Para a autora:

[...] aprender História, significa contar a História, isto é, significa narrar o passado a partir da vida no presente. O principal objetivo é elaborar uma orientação relacionada com a construção da identidade de cada um e, também, organizar a própria atuação nas lutas e ações sociais do presente, individual e coletivamente. (SCHMIDT, 2009, p. 37).

Sendo bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no projeto de pesquisa *Estudantes feministas: possíveis promotoras de uma virada epistêmica no ensino nas universidades?* coordenado pela prof^a. Dr^a. Soraia Carolina de Mello, inserido no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), minha prática docente perpassa a relação professora-pesquisadora.

Busquei na experiência do estágio supervisionado remoto uma atuação prático-reflexivo, entendendo o ensino de História como um espaço para a reflexão dos diferentes discursos que estão em conflito, buscando definir maneiras de compreender o passado e o presente. Segundo Flávia Eloisa Caimi (2009):

[...] entendo que um professor reflexivo seja capaz de investigar os problemas que se colocam no cotidiano escolar, de mobilizar conhecimentos, recursos e procedimentos para a sua superação, de avaliar a adequação das suas escolhas e, finalmente, de reorientar a ação para intervenções mais qualificadas no processo de aprendizagem dos alunos (CAIMI, 2009, p. 29).

Por isso, além de conhecer mais sobre a História das mulheres, é relevante retratar o tema para que as alunas possam atuar de forma crítica em relação à sociedade em que vivem. A relevância dessa intervenção fica ainda mais evidente ao percebermos que nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em seu art. 17, inciso II afirma a importância da “realização de ações fundamentadas nos direitos humanos e nos princípios éticos, de convivência e participação democrática visando a construir uma sociedade livre de preconceitos, discriminações e das diversas formas de violências.” (BRASIL, 2018).

3. Incorporando a História das Mulheres na sala de aula virtual: relato de experiência de estágio

O conteúdo reservado para os segundos anos do ensino médio, dizia respeito à formação e consolidação da República no Brasil até sua crise. A partir da temática da Primeira República, o professor regente apresentou à turma de estagiários a possibilidade de trabalharmos com assuntos relacionados às nossas áreas de interesse e salientou a importância de propormos reflexões sobre questões significativas aos estudantes. Ao nos apresentar essa possibilidade e pela minha aproximação durante toda a graduação aos estudos de gênero e feministas, além da relevância de

abordar essa temática, foi-me designada a temática mulheres na Primeira República. Originalmente a temática não estava incluída no planejamento do segundo ano do Ensino Médio do Colégio Aplicação, mas foi incorporada em ambos os trimestres da prática do estágio, trazendo bons resultados e ativa participação das alunas no debate e interesse do professor regente em implementar a temática em sua prática docente.

Minha atividade de regência síncrona, intitulada “Luta pelo voto das mulheres e por igualdade de direitos na Primeira República (1889-1930)¹¹”, aconteceu no dia 17 de março de 2021, uma quarta-feira, das 10h45 às 11h45, durante o período destinado à atividade síncrona semanal da disciplina de História. Tive como objetivo principal que as estudantes compreendessem que as desigualdades de gênero são resultado de processos históricos e que fossem capazes de identificar mudanças e permanências nos eventos no intuito de reconhecer possíveis relações entre o passado e o presente. Ainda que no Brasil o direito ao voto e à representação política tenha se estendido às mulheres (alfabetizadas e maiores de 21 anos) somente em 1932, com a implantação de um novo código eleitoral, é importante compreendermos que essas lutas no país remetem ao período histórico conhecido por Primeira República.

Pensando de forma a incluir mais as alunas, independente de que dispositivo estivessem utilizando para participar da sala de aula virtual, a atividade foi pensada para ser uma aula expositiva dialogada, já que o espaço da sala virtual é limitada e pouco inclusivo. A atividade fez uso de diferentes fontes, considerando os debates realizados na área de metodologia do ensino de história.

A aula iniciou com a seguinte provocação aos estudantes: Lugar de mulher é na política? Com o recurso da enquete na plataforma Big Blue Button (BBB Moodle)¹² solicitei que respondessem selecionando as opções sim ou não; todos os votos foram no sim. Logo após essa provocação, foi projetada uma imagem de Marielle Franco no intuito de refletirmos sobre a ocupação feminina dos espaços públicos ao longo da história do Brasil e feita as seguintes questões: 1) O que representa a ocupação dos espaços políticos por uma mulher negra, bissexual e favelada hoje? 2) As mulheres sempre participaram da política? A intenção desse primeiro momento foi problematizar o passado tendo como referência o presente. O uso da imagem no início da atividade síncrona foi pensado para além da função de ilustrar o conteúdo, e sim como uma maneira de fomentar a crítica e a reflexão sobre o passado e o presente. Circe Bittencourt (2004) nos lembra a importância da seleção das imagens, para que elas sejam capazes de causar um impacto visual, para motivar os alunos e interessá-los na temática.

Após a reflexão inicial, apresentei às turmas o contexto da participação política na Primeira

11. Todo o material referente às atividades propostas foi disponibilizado aos alunos em uma sala virtual no aplicativo Notion. Disponível em: <https://www.notion.so/Luta-pelo-voto-das-mulheres-e-por-igualdade-de-direitos-na-Primeira-Rep-blica-1889-1930-022bd5316bb745f6a36a726c2c23aaa3> Acesso em 10 jun 2021.

12. O Colégio de Aplicação, assim como a UFSC, disponibilizou aos professores o acesso à plataforma Big Blue Button (BBB Moodle) e esta foi a plataforma utilizada nas aulas observadas do professor regente.

República, baseado na Constituição de 1891. Para este momento, utilizei um trecho do livro didático¹³, que aborda a Constituição de 1891 e seus principais pontos. O livro didático é o mesmo utilizado pelo professor regente e foi disponibilizado previamente para os alunos em uma versão pdf. Debates sobre como a constituição de 1891 manteve como eleitores os “cidadãos”, homens acima de 21 anos de idade, excluídos os analfabetos, soldados, mendigos e religiosos e como curiosamente, a exclusão das mulheres não foi explicitada, mas sua participação ainda era negada. Foi abordada a historicidade do conceito de cidadania e a noção de que os direitos são resultado dos debates e da luta de movimentos sociais.

Posteriormente, problematizei junto às turmas a legislação republicana, que entendia as mulheres restritas à vida privada, o que não condizia com a realidade. A reflexão foi conduzida a partir dos exemplos da luta organizada das mulheres em busca do direito ao voto e a participação das mulheres nas greves operárias e na luta pelos direitos trabalhistas¹⁴. A categoria “mulher” também foi problematizada e foi salientado a necessidade de pensarmos as mulheres no plural, reconhecendo e respeitando especificidades como classe, gênero e raça, etc. Trabalhei as principais datas e eventos relacionados à luta das mulheres por igualdades de direitos utilizando o recurso da linha do tempo ilustrada por documentos, charges e fotografias¹⁵. A ferramenta digital utilizada foi *TimelineJs*¹⁶, que permite a construção de linhas do tempo interativas. Segundo Schmidt, a orientação no tempo e sobre o tempo organiza-se a partir dos casos do passado e sua articulação com o presente, a partir de categorias históricas, sendo a datação uma estratégia apenas.” (SCHMIDT, 2009, p. 29). Aqui saliento que a escolha pelo uso da linha do tempo foi pensada como estratégia didática para que os estudantes se situassem no tempo e espaço, conseguindo relacionar passado e presente.

Para encerrar a aula, problematizei o porquê da ainda pequena participação das mulheres hoje na política brasileira e abri um espaço para debate. A resposta da turma foi ótima e as estudantes participaram ativamente do debate tanto por áudio quanto por chat, o que foi de grande importância, pois revelou que os objetivos da aula foram atingidos. A atividade síncrona demonstrou a necessidade de se abrir espaços de diálogo na construção do conhecimento histórico dentro do ambiente da sala de aula virtual, principalmente no que diz respeito à inserção da História das

13. MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. Caminhos Do Homem - 3º ano Ensino Médio. Curitiba: Base Editorial, 2013, p. 183-185.

14. Para ver mais sobre a discussão historiográfica sobre a temática ver: KARAWCZYK, Mônica. As filhas de Eva querem votar: os primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850–1932). 2013 Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013; FRACCARO, Gláucia. Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937). 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

15. O recurso utilizado foi a ferramenta digital TimelineJs, que permite a construção de linhas do tempo interativas. Mais informações em: <http://timeline.knightlab.com/>. Acesso em: 29 abr 2021.

16. Linha do tempo da história do sufrágio feminino no Brasil de minha autoria. Disponível em: <https://works-from-lidia.surge.sh/luta-pelo-sufragio/> Acesso em: 29 abr 2021.

Mulheres nos conteúdos do currículo.

A outra atividade desenvolvida no estágio foi assíncrona e avaliativa, na qual propus uma análise de fontes. Ao trabalhar com fontes no ensino de história são necessárias algumas observações específicas. Segundo Schmidt e Cainelli (2010):

O trabalho com o documento histórico em sala de aula exige do professor que ele próprio amplie sua concepção e o uso do próprio documento. Assim, ele não poderá mais se restringir ao documento escrito, mas introduzir o aluno na compreensão de documentos iconográficos, fontes orais, testemunhos da história local, além das linguagens contemporâneas, como cinema, fotografia e informática. Mas não basta o professor ampliar o uso de documentos; também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão de que ele serve apenas como ilustração da narrativa histórica e de sua exposição, de seu discurso. A concepção renovadora de documento e de seu uso em sala de aula parte do pressuposto de que o trabalho com documentos históricos pode ser ponto de partida para a prática de ensino da História. Nessa perspectiva, os documentos não serão tratados como fim em si mesmo, mas deverão responder às indagações e as problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado. (SCHMIDT e CAINELLI, 2010, p.117)

O encontro para apresentação da atividade e retirada de dúvidas ocorreu no dia sete de abril de 2021 de forma síncrona, e as alunas deveriam realizar a análise de fontes de forma individual e entregá-la no prazo de duas semanas. Inicialmente foi apresentada a obra “O voto feminino e feminismos”, publicado originalmente em 1923 pela sufragista e feminista Diva Nolf Nazário. Diva era natural de Batatais (SP) e se formou em direito, foi secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino e publicou a obra como forma de denúncia, reunindo tanto artigos sobre os direitos políticos da mulher quanto os seus próprios relatos de tentativas de alistamento eleitoral negadas. Em seguida foi apresentado por meio de slides os trechos selecionados para análise:

Trecho 1) Não se reconhece ainda, no Brasil, a capacidade social da mulher para o exercício do voto. As restrições que se lhe impõe na ordem civil têm reflexo na ordem política. É certo que não existe em nossas leis uma exclusão expressa a esse respeito. Mas também o é que várias tentativas surgiram, na discussão do nosso pacto fundamental, para precisamente tornar expresso o direito do voto feminino sem que lograsse aprovação qualquer das emendas apresentadas. (...) Mas o legislador, quando estabelece as normas sobre a capacidade, não se deixa influenciar de preferência pelo conhecimento dos casos de exceção. A verdade é que prevalecem ainda, entre nós, considerações tradicionais ao lembrarem que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política. Os publicistas que, entre nós, propugnam ardorosamente pela emancipação política da mulher, qualificando de arbitrária a exclusão que dela se fizer do direito de voto, esquecem por completo a concepção que sempre se há feito na vida social, da entidade feminina: concepção de uma criatura destinada a dividir harmonicamente com o homem as responsabilidades da vida em comum, ela, na tranquilidade do lar cuidando da ordem doméstica, ele no trabalho cotidiano, auferindo os meios de prover a subsistência da família. Despacho do Juiz Affonso José de Carvalho, 07/06/1922, Documento reproduzido em Diva Nolf Nazario. Voto feminino e feminismo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Trecho 2) A mulher não pode ser tutora, salvo a avó; não pode ser fiadora, salvo em determinados casos; não pode ser testemunha em testamentos ordinários, mas admitida a funcionar como tal em testamentos nuncupativos e em codicilos. (...) A mulher não pode ser fiadora, mas poderá contrair essa obrigação em garantia de dotes, se renovar a fiança prestada pela pessoa de quem for herdeira, se for herdeira de afiançado, se receber do afiançado a quantia ou o objeto da fiança, se enganar o credor, se for comerciante, tutora

ou curadora. (...) Não pode ser testemunha em testamentos ordinários, mas tem capacidade para ser testemunha em outros atos civis e, o que é mais grave, em testamento inteiramente confiado à memória e a fidelidade das testemunhas, como é o nuncupativo. Transcrição do trecho do livro Clóvis Bevilacqua. Teoria Geral do Direito Civil, 1908. Documento reproduzido em Diva Nolf Nazário. Voto feminino e feminismo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Após a leitura dos trechos, as estudantes fizeram colocações sobre a contemporaneidade dos discursos analisados, dado o contexto de ascensão do conservadorismo no país. Após esse breve debate, foram projetados os slides com as questões que compunham a análise de fontes. As perguntas foram as seguintes:

1. Leia atentamente os trechos selecionados e identifique:

- Quem os produziu?
- Qual o tipo de documento?
- Quando foi publicado?
- Quais lutas sociais essa fonte nos ajuda a entender?
- O que os trechos tem em comum?
- Qual o papel atribuído às mulheres?

2. Quais são as intenções observadas nos trechos selecionados?

3. Escreva com suas palavras, com base na aula e nos documentos, qual a importância da luta das mulheres por direitos?

Após a explicação da atividade avaliativa, dei início a um debate com as alunas sobre como elas percebiam em suas vivências cotidianas a discussão proposta pelos trechos apresentados na atividade de análise de fontes. Esta atividade ocasionou um grande debate a respeito do dito papel social da mulher entendido na Primeira República e seus reflexos nos cotidianos das estudantes atualmente.

Com ambas as experiências desenvolvidas no estágio remoto, observamos que o objetivo de historicizar as desigualdades de gênero foi alcançado. Todas as análises de fontes tiveram resultados satisfatórios e reiteraram a importância de se debater questões de gênero e sobre a História das mulheres em sala de aula. Entendo que as atividades contribuíram para que as estudantes conseguissem se identificar como sujeitas históricas, que também participam e fazem história, além de conseguirem historicizar o processo de luta por igualdade de direitos.

4. Considerações Finais

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a

realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática de liberdade (hooks, 2020, p. 273).

O ensino remoto, apesar de todas suas limitações, não deve ser negligenciado como um espaço de construção de conhecimento; de possibilidades educativas. Busco, assim como bell hooks (2020) ter em minhas práticas docentes uma perspectiva baseada em uma educação libertadora, que ensine as estudantes a transgredir do lugar comum, a vislumbrar horizontes de possibilidades ainda mais em tempos tão difíceis como os vividos na pandemia do COVID-19. Acredito que busquei apresentar neste artigo, de forma breve, alguns aspectos trabalhados nesses dois semestres de atuação como estagiária docente de História nas turmas de segundo ano do ensino médio do Colégio de Aplicação da UFSC no ensino remoto emergencial.

O objetivo central do projeto de ensino que construí durante a experiência do estágio remoto e as atividades desenvolvidas de maneira síncrona e assíncrona era fazer com que as estudantes compreendessem que os processos históricos são constituídos por mudanças e permanências que conectam o passado ao presente, a partir de uma reflexão sobre a luta de igualdade de direitos no Brasil.

Saliento aqui a importância da minha relação com a pesquisa realizada no âmbito da Iniciação Científica na formação das reflexões aqui apresentadas. Foi essa relação professora-pesquisadora que me permitiu mobilizar saberes históricos de uma maneira mais sensível e criar um ambiente de aprendizado mais horizontal e aberto ao diálogo mesmo em um contexto do ensino remoto emergencial.

Compreendo a relevância de trazer debate a respeito da história das mulheres para a sala de aula, principalmente no contexto da pandemia da COVID-19, na qual as desigualdades de gênero foram alargadas e evidenciadas e os espaços virtuais se tornaram o único local de interação das estudantes. Dessa forma, torna-se ainda mais necessário e importante promover o debate em busca de igualdade.

Referências

BEHAR, Patrícia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Jornal da UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/> Acesso em: 17 mai. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192, Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE n. 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior

(cursos de Licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda Licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE, 2015.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CAIMI, Flávia Eloisa. A aprendizagem profissional do professor de História: desafios da formação inicial. *Fronteiras: Revista de História*, v. 11, p. 27-42, 2009.

FRACCARO, Gláucia. **Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: os primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932)**. 2013 Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **UMA LEITURA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO**. Projeto História. V. 11 (1994), p. 31-45, nov. 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. **Caminhos do Homem - 3º ano Ensino Médio**. Curitiba: Base Editorial, 2013, p. 183-185.

MENEGUELLO, Cristina. “Continuidade e Ruptura”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Coord.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

Módulo 1: Diversidade - Diferentes, mas desiguais! Viva a diferença. In: **GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de Conteúdo. Versão 2009. RJ: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

RÜSEN, Jörn. “Didática – funções do saber histórico”. In RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução: Estevão de Resende Martins. Brasília: EdUNB, 2007, pp. 85-133.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. As fontes históricas e o ensino de história. In: _____. **Ensinar História**. São Paulo: Editora Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta? SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (org.). **Aprender história: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Unijuí, 2009. p. 21-51.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (org.). **Aprender História: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2009, p.117-137.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1999.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo; FERREIRA, Lúcia Gracia. Ensino remoto emergencial e o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura no cenário da Pandemia COVID 19. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-19, 4 out. 2020.